

A PEDAGOGIA DA ESCUTA: PRÁTICAS QUE VALORIZAM A VOZ DA CRIANÇA



THE PEDAGOGY OF LISTENING: PRACTICES THAT VALUE THE CHILD'S VOICE

DENISE VENCESLAU DE OLIVEIRA BUENO

Graduação em Pedagogia pela Universidade Paulista – UNIP (2015); Especialista em Psicopedagogia (2021) e Psicomotricidade (2021) ambas pela Faculdade ITEQ; Professora de Educação Infantil pela Prefeitura Municipal de São Paulo no CEMEI Novo Mundo.

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão aprofundada sobre a Pedagogia da Escuta como fundamento essencial para práticas educativas que reconhecem a criança como sujeito de direitos, saberes e experiências. A escuta é compreendida aqui como atitude pedagógica que transcende o ato de ouvir, configurando-se como postura ética, política e estética que valoriza as múltiplas linguagens da infância. A partir dos referenciais teóricos de Loris Malaguzzi, Gunilla Dahlberg, Peter Moss e Alan Pence, bem como dos princípios estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o texto se organiza em seis eixos: os fundamentos teóricos da escuta; a escuta ativa como prática cotidiana; estratégias concretas que materializam a escuta; o planejamento emergente e o protagonismo infantil; os desafios institucionais e formativos; e a escuta como experiência ética e formadora. Ao longo da discussão, evidencia-se como ambientes que favorecem a escuta promovem vínculos mais humanos, experiências mais significativas e aprendizagens socialmente contextualizadas. Ao reconhecer a potência expressiva das crianças, a Pedagogia da Escuta amplia as possibilidades de participação, autoria e pertencimento na educação infantil.

Palavras-chave: Educação infantil; Pedagogia da escuta; Prática docente.

ABSTRACT

This article proposes an in-depth reflection on the Pedagogy of Listening as an essential foundation for educational practices that recognize children as subjects of rights, knowledge, and experiences.

Listening is understood here as a pedagogical attitude that transcends the act of listening, configuring itself as an ethical, political, and aesthetic stance that values the multiple languages of childhood. Drawing on the theoretical frameworks of Loris Malaguzzi, Gunilla Dahlberg, Peter Moss, and Alan Pence, as well as the principles established by the National Common Curricular Base (BNCC), the text is organized into six axes: the theoretical foundations of listening; active listening as a daily practice; concrete strategies that materialize listening; emergent planning and child empowerment; institutional and educational challenges; and listening as an ethical and formative experience. Throughout the discussion, it becomes clear how environments that foster listening foster more human bonds, more meaningful experiences, and socially contextualized learning. By recognizing children's expressive potential, the Pedagogy of Listening expands the possibilities for participation, authorship, and belonging in early childhood education.

Keywords: Early childhood education; Pedagogy of listening; Teaching practice.

INTRODUÇÃO

A escuta, compreendida para além de uma habilidade comunicativa, constitui-se como uma atitude pedagógica essencial no contexto da educação infantil. Escutar verdadeiramente as crianças é reconhecer nelas sujeitos ativos, potentes em sua capacidade de interpretar, ressignificar e transformar o mundo ao seu redor. Trata-se de deslocar a prática docente de um modelo centrado na transmissão do conhecimento para uma abordagem relacional, dialógica e sensível à multiplicidade das linguagens infantis. Nesse sentido, a escuta emerge como condição fundante de uma pedagogia voltada para a construção coletiva do conhecimento, na qual a criança não apenas aprende, mas também ensina, comunica e transforma.

Essa concepção é profundamente influenciada pelos pressupostos da abordagem de Reggio Emilia, idealizada por Loris Malaguzzi. Para o autor, a escuta não é apenas um ato técnico, mas uma escolha ética e política que organiza a prática educativa com base no respeito, na curiosidade e na corresponsabilidade. Malaguzzi (1999) defendia que a criança é feita de “cem linguagens” — metáfora que expressa sua complexa e rica capacidade de se comunicar por meio de gestos, imagens, sons, palavras, movimento, afetos e pensamentos. No entanto, ele também advertia que, muitas vezes, as instituições educativas silenciaram essas linguagens ao impor formas únicas e homogêneas de expressão e aprendizagem, desconsiderando a pluralidade da infância.

O referencial teórico de Gunilla Dahlberg, Peter Moss e Alan Pence (2013) complementa essa perspectiva ao criticar a visão tecnicista da educação e propor uma abordagem pós-moderna e contextualizada, em que o educador é concebido como um pesquisador e co-construtor de significados com as crianças. Para os autores, a escuta se estabelece como prática político-pedagógica, pois possibilita a construção de relações horizontais, nas quais o poder é compartilhado e as decisões pedagógicas são tomadas com base nos interesses, curiosidades e necessidades dos sujeitos envolvidos. A escuta, nesse caso, é um ato de reconhecimento da alteridade e da

singularidade de cada criança, e não apenas um instrumento para controlar comportamentos ou avaliar desempenhos.

No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2010) reforça esse entendimento ao estabelecer os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil, entre os quais se destacam o direito de expressar-se, participar, conviver e explorar. Esses direitos se materializam por meio de práticas que escutam a criança em sua integralidade, acolhendo suas manifestações espontâneas e promovendo contextos significativos de aprendizagem. Assim, a pedagogia da escuta se apresenta como uma proposta coerente com os marcos legais e com os princípios de uma educação humanizadora, democrática e inclusiva. Este artigo, portanto, propõe-se a aprofundar o debate sobre como essa pedagogia pode ser vivida nas práticas cotidianas das instituições de educação infantil, a partir de uma análise articulada entre teoria, experiência e compromisso ético.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PEDAGOGIA DA ESCUTA

A escuta, enquanto princípio pedagógico, é ancorada em uma concepção de criança como sujeito ativo, potente e capaz de produzir cultura. Essa perspectiva rompe com a ideia tradicional de infância como fase preparatória, passiva e deficitária, e inaugura uma compreensão que reconhece a criança como produtora de sentidos desde os primeiros anos de vida. Ao escutar a criança em suas múltiplas expressões — verbais e não verbais —, o educador desloca o foco da transmissão de conteúdos para a construção compartilhada de saberes. Trata-se de uma mudança paradigmática que implica repensar as finalidades da educação e os modos de interação nas instituições educativas.

Loris Malaguzzi, educador italiano e idealizador da abordagem de Reggio Emilia, é um dos principais pensadores que sustentam teoricamente a pedagogia da escuta. Em seu célebre poema “As cem linguagens da criança”, Malaguzzi (1999) denuncia a limitação imposta às crianças por modelos escolares que privilegiam apenas a linguagem verbal, ignorando outras formas legítimas de expressão, como o corpo, o gesto, o traço, o som e a imaginação. Segundo o autor, “a escola e a cultura separaram a cabeça do corpo” e, ao fazerem isso, silenciaram noventa e nove das cem linguagens da infância. A pedagogia da escuta, nesse sentido, propõe a recuperação dessas linguagens, possibilitando que a criança se manifeste integralmente, com liberdade e autenticidade.

Essa concepção também é compartilhada por Dahlberg, Moss e Pence (2013), que argumentam que a escuta não deve ser reduzida a uma técnica de ensino, mas compreendida como um ato político e relacional. Para esses autores, a escuta exige a suspensão dos julgamentos, a abertura ao inesperado e o reconhecimento da alteridade. É uma prática ética que envolve disposição para aprender com o outro e para construir significados conjuntamente. Ao escutar a criança, o educador se compromete com uma pedagogia participativa, sensível às singularidades e respeitosa

das diferenças. Dessa forma, a escuta se constitui como um exercício contínuo de diálogo e negociação, no qual a criança é reconhecida como cidadã desde o início da vida.

A pedagogia da escuta também encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece, entre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, o direito à participação, à escuta e à expressão (BRASIL, 2010, p. 39). Esses direitos pressupõem um ambiente educativo em que as crianças possam manifestar suas ideias, sentimentos e interpretações do mundo, sendo levadas a sério em suas proposições. Escutar a criança, nesse contexto, não é um favor ou um gesto de empatia isolado, mas uma exigência legal e ética que orienta o fazer pedagógico. Ao ser escutada, a criança se sente respeitada, pertencente e parte ativa do processo educativo.

Diversos estudos brasileiros vêm contribuindo para consolidar esse campo de reflexão. Steffens e Silva (2021, p. 27), por exemplo, analisam como o planejamento emergente, fundamentado na escuta das crianças, favorece a criação de experiências pedagógicas mais significativas. Ao investigar as curiosidades, os interesses e as perguntas das crianças, os educadores podem desenvolver projetos que dialoguem com o cotidiano infantil, fortalecendo o vínculo entre escola e vida. Essa prática, além de promover aprendizagens contextualizadas, amplia o repertório expressivo das crianças e fortalece sua autonomia. Nesse sentido, a escuta não é apenas ponto de partida, mas fio condutor de uma pedagogia relacional e investigativa.

Ao articular esses referenciais teóricos e normativos, evidencia-se que a pedagogia da escuta não se reduz a uma metodologia específica, mas se configura como uma postura ética e política frente à infância. É uma escolha que exige do educador sensibilidade, presença, disponibilidade e capacidade de escutar para além do que é dito. Significa reconhecer a criança como legítima interlocutora, capaz de construir conhecimento e de contribuir com o coletivo. Portanto, os fundamentos teóricos da escuta sustentam uma visão de educação que rompe com o autoritarismo e propõe relações baseadas na escuta mútua, no diálogo e na valorização das múltiplas vozes da infância.

A ESCUTA ATIVA COMO PRÁTICA COTIDIANA NAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

A escuta ativa, na perspectiva da pedagogia da escuta, transcende a ideia de um simples ato auditivo. Trata-se de uma postura intencional e sensível que se materializa nas relações estabelecidas entre adultos e crianças em contextos educativos. Escutar ativamente significa estar presente, atento aos gestos, olhares, silêncios, expressões artísticas, brincadeiras e formas não verbais de comunicação. Como indicam Cerqueira e Souza (2011, p. 17), escutar é “compreender a criança em sua totalidade, acolhendo não apenas a fala, mas também os sinais de seu corpo, seu

silêncio, suas expressões emocionais e suas criações simbólicas”. Portanto, escutar envolve o corpo todo do educador e não apenas sua audição.

Essa escuta integral exige que os educadores estejam dispostos a suspender julgamentos prévios, permitindo que a criança se apresente em sua singularidade. Ao invés de interpretar precipitadamente os comportamentos infantis, o educador escutador busca compreender o que a criança está comunicando com suas atitudes. Nesse sentido, a escuta ativa também é um processo de investigação, em que o educador age como pesquisador de suas práticas, atento às pistas e às narrativas implícitas nos gestos infantis. Conforme defende Rinaldi (2012, p. 235), “escutar é criar um espaço de compreensão e acolhimento do outro, onde a escuta constitui uma forma de responsabilidade relacional”.

[...] é importante vivermos a experiência equilibrada, harmoniosa, entre falar ao educando e falar com ele. Quer dizer, há momentos em que a professora, enquanto autoridade, fala ao educando, diz o que deve ser feito, estabelece limites sem os quais a própria liberdade do educando se perde na lincenciosidade, mas estes momentos, de acordo com a opção política da educadora, se alternam com outros em que a educadora fala com o educando. [...] a educação é um ato político. (FREIRE, 2013, p. 83).

Além disso, a escuta ativa demanda tempo e espaço apropriados. Em contextos em que a rotina é rígida, marcada por horários inflexíveis e atividades fragmentadas, as oportunidades de escuta são severamente limitadas. Para escutar, é necessário desacelerar o tempo, permitir pausas, respeitar os ritmos infantis e oferecer ambientes que favoreçam a interação e a expressão. Como salienta Moraes (2023, p. 18), a organização dos espaços e dos tempos pedagógicos precisa ser repensada para viabilizar momentos de escuta verdadeira, em que as crianças possam compartilhar experiências, ideias e emoções sem a pressão de cumprir etapas predeterminadas.

Outro aspecto essencial da escuta ativa é o reconhecimento da pluralidade de linguagens infantis. Malaguzzi (1999) argumenta que as crianças se expressam por meio de uma variedade de formas — desenho, música, dança, dramatização, modelagem, entre outras — e que a escola precisa estar preparada para acolher e interpretar essas linguagens. A escuta ativa, portanto, não se limita à escuta da fala, mas se estende à escuta do traço, do movimento, da criação artística, da brincadeira simbólica. Cada produção da criança carrega significados e intenções que precisam ser valorizados como formas legítimas de comunicação.

Dessa maneira, a escuta ativa, quando assumida como prática cotidiana, transforma a cultura pedagógica da instituição. O educador que escuta não apenas observa ou registra, mas interpreta, dialoga e age em resposta ao que é escutado. Esse tipo de escuta demanda formação continuada, sensibilidade estética e disponibilidade afetiva. Mais do que uma técnica, é uma ética de relação, que humaniza as interações e fortalece os vínculos entre crianças e adultos. Assim, a escuta ativa torna-se elemento estruturante de uma pedagogia que respeita e valoriza a infância em sua complexidade.

PRÁTICAS CONCRETAS QUE INCORPORAM A ESCUTA NO COTIDIANO ESCOLAR

A escuta na educação infantil não se limita a um conceito abstrato: ela se concretiza por meio de práticas pedagógicas específicas, intencionalmente planejadas para acolher e valorizar as expressões infantis. Uma das principais estratégias que materializam essa escuta é a documentação pedagógica, entendida como processo contínuo de registro, interpretação e devolutiva das experiências vividas pelas crianças no contexto educativo. Esses registros, que podem assumir forma escrita, fotográfica, sonora ou audiovisual, tornam visíveis os percursos de aprendizagem e permitem ao educador refletir sobre o que a criança está expressando por meio de suas ações, falas e criações. Para Malaguzzi (1999), a documentação é uma das linguagens do professor que escuta, pois lhe permite reorganizar suas ações pedagógicas a partir daquilo que as crianças revelam em suas múltiplas formas de comunicação.

Outra prática fundamental é o planejamento emergente, que se desenvolve com base na escuta atenta aos interesses, perguntas e hipóteses das crianças. Ao contrário de modelos curriculares fechados, que determinam previamente os conteúdos a serem trabalhados, o planejamento emergente constrói-se em movimento, acompanhando o fluxo das investigações infantis. Steffens e Silva (2021, p. 37) demonstram como essa abordagem possibilita experiências de aprendizagem mais significativas, pois parte daquilo que tem sentido para as crianças. O educador que escuta é aquele que acolhe os interesses do grupo e transforma essas curiosidades em projetos pedagógicos que dialogam com o mundo vivido pelas crianças, sem perder de vista os objetivos de desenvolvimento e aprendizagem.

As rodas de conversa e os momentos de assembleia também representam espaços privilegiados de escuta. Nesses encontros, as crianças são convidadas a relatar experiências, opinar sobre situações do cotidiano, propor ideias e participar das decisões coletivas. Ao escutá-las com atenção e respeito, o educador legitima suas vozes e contribui para a construção de uma cultura democrática na instituição. Esses momentos promovem não apenas o desenvolvimento da linguagem oral, mas também habilidades de argumentação, negociação e empatia. Segundo Oliveira-Formosinho e Formosinho (2012, p. 33), “as assembleias possibilitam à criança desenvolver uma consciência crítica e reflexiva sobre si, sobre o outro e sobre o mundo”.

Conforme Freire (1996), uma educação pautada em princípios democráticos requer a disposição genuína para ouvir o outro, acolhendo suas palavras com respeito e abertura ao diálogo

Não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo. Como se fôssemos portadores da verdade ao ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com ele, mesmo que em certas condições, precise de falar a ele. [...] O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em fala com ele. (FREIRE, 1996, p. 113).

Outra estratégia concreta é o uso diversificado de materiais acessíveis e provocativos — chamados em Reggio Emilia de materiais não estruturados ou materiais inteligentes — que possibilitam à criança explorar, criar, inventar e narrar por meio da manipulação e da composição estética. Essa abordagem reconhece o espaço como terceiro educador, conforme Malaguzzi propôs, e permite que a criança se expresse de maneira autêntica, por meio da arte, da construção, da modelagem e da experimentação sensorial. O educador que escuta é aquele que observa atentamente o que as crianças estão dizendo com os materiais, que interpreta suas ações e oferece novas possibilidades de aprofundamento e expansão.

Também é essencial considerar a escuta das brincadeiras, compreendidas como expressão privilegiada da cultura infantil. A brincadeira é linguagem da infância, e ao observar atentamente o brincar livre, o educador acessa os repertórios simbólicos, os conflitos, os afetos e os saberes das crianças. A escuta das brincadeiras infantis revela os modos como as crianças compreendem e elaboram suas experiências no mundo. Valorizar o brincar como campo de investigação e produção de sentido é reconhecer sua potência formativa e cultural, tornando-se indispensável em uma pedagogia da escuta.

Portanto, práticas concretas como a documentação pedagógica, o planejamento emergente, as rodas de conversa, a organização de ambientes e a escuta das brincadeiras constituem formas efetivas de traduzir a escuta em ação. Essas práticas não operam isoladamente, mas em articulação, compondo uma cultura institucional que legitima as múltiplas vozes infantis e se compromete com a construção compartilhada do currículo. Escutar, nesses termos, é agir a partir daquilo que se escutou: é transformar a escuta em ferramenta de diálogo, planejamento e transformação das práticas pedagógicas cotidianas.

PLANEJAMENTO EMERGENTE E O PROTAGONISMO DA CRIANÇA

O planejamento emergente é uma estratégia pedagógica que reconhece a escuta como elemento estruturante da prática educativa. Diferentemente dos planejamentos fechados, organizados exclusivamente com base em conteúdos pré-definidos, o planejamento emergente parte da observação atenta dos interesses, curiosidades e hipóteses das crianças, permitindo que suas ideias se tornem motor das experiências vividas no cotidiano escolar. Nessa abordagem, a escuta não é apenas ponto de partida, mas permanece ativa durante todo o percurso pedagógico, pois os projetos emergem, se transformam e se aprofundam em diálogo contínuo entre crianças e educadores. Como apontam Oliveira-Formosinho e Formosinho (2012, p.34), esse tipo de planejamento exige “uma escuta profunda e sensível, que considere os tempos, os ritmos e as intenções das crianças, respeitando sua autonomia e singularidade”.

Ao assumir as crianças como protagonistas do processo educativo, o planejamento emergente desloca o papel do educador, que deixa de ser transmissor de conteúdos e passa a ser mediador, pesquisador e co-construtor de conhecimento. O educador escutador precisa ser capaz de interpretar os sinais emitidos pelas crianças, valorizar suas produções, reorganizar espaços e tempos em função das descobertas que emergem da experiência. Essa postura requer sensibilidade, flexibilidade e reflexão constante sobre a prática. Como destaca Rinaldi (2012, p. 69), “escutar é um modo de estar com as crianças, de estar atento ao que elas nos comunicam, mesmo quando não dizem com palavras”.

O protagonismo infantil, nessa perspectiva, não se reduz à ideia de liberdade irrestrita, mas implica responsabilidade, participação ativa e reconhecimento da criança como sujeito de direitos. Isso significa oferecer oportunidades reais para que as crianças opinem, escolham, decidam e colaborem na construção das atividades pedagógicas. É preciso criar contextos em que suas vozes tenham consequência e em que seus pontos de vista sejam levados em consideração nas escolhas institucionais. A escuta, nesse sentido, transforma-se em instrumento de cidadania, pois amplia a participação e fortalece a dimensão democrática da educação infantil. Conforme a BNCC (BRASIL, 2010, p. 38), as crianças têm o direito de “participar ativamente, com liberdade de expressão e criatividade, das diferentes propostas pedagógicas, como protagonistas de suas aprendizagens”.

As práticas que incorporam o planejamento emergente contribuem diretamente para o desenvolvimento da autonomia, da criatividade e da capacidade de investigação das crianças. Projetos nascidos de perguntas genuínas, como “por que a lua muda de forma?” ou “de onde vem o som?”, se desdobram em pesquisas coletivas, experimentações, construção de maquetes, entrevistas, leituras e dramatizações. Nessas experiências, o currículo se torna vivo, pulsante e enraizado no cotidiano infantil. Além disso, os vínculos entre os sujeitos se fortalecem, pois a escuta favorece o diálogo, a empatia e o respeito mútuo. O educador que planeja a partir da escuta constrói uma prática mais sensível, afetiva e coerente com os direitos das crianças.

Nesse contexto, a escuta qualifica o planejamento e amplia sua potência formativa, transformando o ato educativo em um processo compartilhado e negociado. Ao integrar os interesses das crianças ao planejamento, o educador não apenas respeita sua autonomia, mas também potencializa os processos de aprendizagem, tornando-os mais significativos e contextualizados. A pedagogia da escuta, portanto, desafia as práticas tradicionais e convoca os profissionais da educação infantil a assumirem um compromisso ético e político com a valorização da voz infantil, reconhecendo-a como fonte legítima de saberes e como fundamento de um currículo verdadeiramente democrático.

DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA ESCUTA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Apesar dos avanços teóricos e das diretrizes curriculares que valorizam a escuta na educação infantil, sua efetivação ainda encontra inúmeros desafios no cotidiano das instituições educativas. Um dos principais obstáculos reside na cultura escolar tradicional, que ainda privilegia modelos pedagógicos centrados na transmissão de conteúdos e na homogeneização das aprendizagens. Essa lógica instrumentalizada da educação, pautada na padronização de resultados e no cumprimento de metas rígidas, dificulta a escuta verdadeira das crianças e compromete a construção de práticas pedagógicas dialógicas, abertas ao imprevisto e à singularidade das experiências infantis. Como alerta Dahlberg, Moss e Pence (2013, p. 73), “a imposição de padrões e indicadores de desempenho transforma o professor em executor de um currículo prescrito, limitando sua capacidade de escutar, interpretar e criar com as crianças”.

Outro fator limitador é a organização do tempo e do espaço nas instituições. Rotinas fragmentadas, horários inflexíveis e ambientes pouco inspiradores restringem as possibilidades de exploração, expressão e escuta. Muitos espaços são pensados mais para o controle e a vigilância do que para o acolhimento e o diálogo, o que evidencia a necessidade de reconfiguração dos contextos educativos. Para que a escuta aconteça, é preciso garantir tempos mais dilatados, ambientes acessíveis, convites à experimentação e momentos de convivência que favoreçam o encontro entre adultos e crianças. A escuta exige tempo de qualidade, e não apenas tempo cronológico. Como ressalta Moraes (2023, p. 41), “a escuta sensível não se realiza na pressa; ela requer pausas, permanência e presença”.

A formação dos profissionais da educação infantil também se apresenta como um desafio significativo. Muitos educadores não foram formados em perspectivas que valorizem a escuta como eixo estruturante da prática pedagógica. Ao contrário, grande parte das formações ainda é marcada por enfoques técnicos e conteudistas, que não contemplam os aspectos relacionais, éticos e políticos da escuta. Além disso, há uma carência de espaços formativos que promovam a autorreflexão, a análise crítica das práticas e a construção coletiva de saberes. É fundamental, portanto, investir em processos formativos continuados, que incentivem o desenvolvimento de uma escuta ativa, ética e estética. Como destaca Rinaldi (2009, p. 239), “a escuta é um hábito que se aprende, uma competência que se constrói ao longo da prática e da reflexão”.

A escuta também encontra barreiras nas exigências burocráticas e administrativas impostas às instituições de educação infantil. O excesso de documentos, relatórios e planilhas compromete o tempo disponível para a observação, o diálogo e a escuta atenta das crianças. Muitas vezes, os registros pedagógicos tornam-se apenas instrumentos de controle externo, perdendo seu valor como ferramentas de reflexão e resignificação da prática. Nesse cenário, corre-se o risco de transformar a documentação pedagógica em um produto final, descolado dos processos vividos pelas crianças. Para evitar isso, é preciso que a escuta seja institucionalizada como valor central da cultura pedagógica, e não apenas como prática pontual de determinados educadores.

Outro desafio importante refere-se à resistência cultural à escuta da infância. Em uma sociedade adultocêntrica, que subestima a inteligência e a capacidade das crianças, escutar suas vozes exige romper com paradigmas arraigados e reconhecer os pequenos como interlocutores legítimos. Isso implica transformar relações hierárquicas em vínculos horizontais, em que o educador assume uma postura de abertura, humildade e disponibilidade para aprender com o outro. Escutar as crianças é um ato de coragem e de humildade, pois requer reconhecer que elas têm algo a dizer que pode transformar não apenas o cotidiano pedagógico, mas também nossas concepções de infância, de educação e de sociedade.

É necessário compreender que os desafios da escuta não são obstáculos isolados, mas expressam uma lógica institucional e social mais ampla. Superá-los demanda um esforço coletivo que envolva não apenas educadores, mas também gestores, famílias, políticas públicas e a própria comunidade escolar. Somente com o comprometimento coletivo e com o fortalecimento de uma cultura educativa sensível às vozes da infância será possível consolidar uma pedagogia da escuta verdadeiramente efetiva. A escuta precisa ser compreendida como um direito da criança e uma responsabilidade ética do educador, exigindo transformação de mentalidades, estruturas e práticas.

A ESCUTA COMO ATO ÉTICO, POLÍTICO E FORMATIVO

A escuta, tal como concebida na pedagogia da escuta, ultrapassa os limites da prática pedagógica e insere-se no campo da ética e da política. Escutar verdadeiramente uma criança é reconhecer seu lugar de sujeito no mundo, capaz de produzir cultura, interpretar a realidade e intervir nela. Trata-se de um posicionamento ético que assume a infância como uma etapa da vida dotada de valor em si mesma, e não apenas como preparação para o futuro. Dahlberg e Moss (2003, p. 94) argumentam que “escutar é uma ética relacional, que valoriza o outro como alguém com quem construímos significados e com quem partilhamos responsabilidades”. Nessa perspectiva, escutar é acolher a alteridade e construir vínculos pautados no respeito, na confiança e na reciprocidade.

Esse ato ético da escuta tem implicações políticas relevantes, especialmente em um contexto histórico em que a infância foi frequentemente silenciada por discursos adultos que desqualificavam suas vozes. Escutar as crianças é subverter lógicas hierárquicas, dar visibilidade às suas narrativas e garantir sua participação nos processos que lhes dizem respeito. A escuta, nesse sentido, é um exercício de democracia e de emancipação. Conforme defende Rinaldi (2012, p. 105), quando escutamos as crianças, desafiamos práticas autoritárias e construímos relações baseadas na participação e na corresponsabilidade. A escuta se torna, assim, um instrumento de transformação social, que atravessa o cotidiano escolar e contribui para a formação de sujeitos mais conscientes, críticos e participativos.

Do ponto de vista formativo, a escuta qualifica a prática pedagógica ao favorecer processos de reflexão contínua. O educador que escuta está em constante diálogo com o seu fazer, com os contextos em que atua e com os sujeitos com quem interage. A escuta o coloca em movimento, desestabiliza certezas, convida à dúvida e à pesquisa. Essa atitude formativa não é apenas um gesto individual, mas deve ser cultivada coletivamente, em espaços de formação que promovam a escuta entre pares, a análise crítica das práticas e a construção compartilhada de saberes. Como destacam Cerqueira e Souza (2011), o educador que se forma pela escuta é aquele que assume uma postura investigativa e sensível diante das experiências educativas.

Adotar a escuta como valor central da formação docente implica rever concepções sobre ensinar, aprender e conviver. Implica também reconfigurar os papéis tradicionalmente atribuídos aos educadores e às crianças, promovendo relações mais horizontais e respeitadas. Nesse processo, a escuta torna-se um eixo articulador das ações pedagógicas, conectando o planejamento, a mediação e a avaliação de forma mais coerente e significativa. Essa escuta não se dá apenas em relação às crianças, mas também entre adultos, entre educadores e famílias, entre diferentes saberes que compõem o território educativo. A escuta amplia o olhar, promove empatia e enriquece a experiência de ensinar e aprender.

Assim, pensar a escuta como ato ético, político e formativo é compreender que ela não se restringe a uma metodologia, mas configura uma filosofia de educação comprometida com a dignidade humana. Escutar é reconhecer no outro — criança, educador, família — um interlocutor legítimo, cujas experiências, saberes e emoções merecem atenção e consideração. É um convite a construir uma escola mais democrática, sensível e plural, na qual todas as vozes têm espaço, valor e potência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia da escuta representa uma transformação profunda na forma como compreendemos a infância, o educar e as relações que se constroem no interior das instituições educativas. Ao assumir a escuta como eixo estruturante da prática pedagógica, deslocamos o foco da educação de uma abordagem centrada na transmissão de conhecimentos para uma perspectiva relacional, dialógica e ética, em que o sujeito da infância é reconhecido em sua potência expressiva, investigativa e participativa. Escutar a criança é, portanto, um ato de reconhecimento e de compromisso, que exige abertura para o inesperado, disposição para o diálogo e valorização das múltiplas formas de comunicação que compõem o universo infantil.

Ao longo do artigo, demonstrou-se como a escuta pode ser efetivada por meio de práticas pedagógicas concretas, como a documentação, o planejamento emergente, a escuta das brincadeiras, o uso de materiais provocadores e a reorganização do tempo e do espaço. Essas ações

tornam visíveis os pensamentos, sentimentos e hipóteses das crianças, permitindo ao educador construir experiências mais significativas e contextualizadas. No entanto, essas práticas exigem condições institucionais favoráveis, formação docente continuada e uma cultura escolar que valorize verdadeiramente a participação das crianças. A escuta não pode ser um gesto isolado ou pontual: ela precisa estar inscrita no projeto político-pedagógico da instituição e na ética profissional dos educadores.

As dificuldades enfrentadas para a implementação de uma pedagogia da escuta não são negligenciáveis. A rigidez curricular, a organização fragmentada do cotidiano, a sobrecarga burocrática e a ausência de espaços formativos que incentivem a reflexão são alguns dos entraves que comprometem a escuta como prática constante. Para superá-los, é necessário fortalecer políticas públicas que reconheçam a infância como prioridade absoluta, investir na valorização dos profissionais da educação infantil e fomentar práticas coletivas de estudo, escuta e reinvenção pedagógica. A escuta, como aqui defendida, é inseparável da luta por uma escola mais justa, democrática e sensível à diversidade dos sujeitos que a compõem.

Por fim, escutar a criança é um gesto de humanidade e de responsabilidade social. Ao acolher suas narrativas, o educador contribui para a formação de sujeitos críticos, criativos e conscientes de seus direitos. A escuta amplia horizontes, desconstrói certezas e possibilita o surgimento de novos modos de ser, de aprender e de ensinar. Cultivar uma pedagogia da escuta é, portanto, apostar em uma educação que não silencia, mas que reconhece e celebra as vozes da infância como fontes legítimas de conhecimento, beleza e transformação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CERQUEIRA, Teresa Cristina Siqueira; SOUZA, Elane Mayara. **(Con)Textos em escuta sensível: Escuta sensível em diferentes contextos laborais**. Brasília: Thesaurus, 2011.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. **Além da qualidade na educação infantil: postmodernismo e educação**. 3. ed. Tradução de Mariana Luz Person. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

_____, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 2013.

MALAGUZZI, Loris. “As cem linguagens da criança”. In: EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. (org.). **As cem linguagens da criança**: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2016.

MORAES, Elise de; LOSS, Adriana Salete. **Escuta sensível no estágio supervisionado em Educação Infantil**: reflexões em tempos (pós) pandêmicos. Dialogia, São Paulo, n. 46, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/23163>. Acesso em: 21 jun. 2025.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; FORMOSINHO, José. **A associação da criança: a Pedagogia-em-Participação**. Em: *Pedagogia(s) da Infância*. Porto: Porto Editora, 2012

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia**: Escutar, investigar e aprender. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

STEFFENS, Carine Rozane; SILVA, Jacqueline da. **A escuta da voz das crianças: possibilidade que potencializa a prática pedagógica de educadores na Educação Infantil**. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Univates, Lajeado, 2021, p. 27. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/items/53888a76-b332-411b-affc-d0bb0628679d>. Acesso em: 26 jun. 2025.